

Parecer nº 162/99

Data: 1999.10.08

Processo nº 642

Requerente: Presidente da Comissão Executiva Instaladora da Escola Secundária de Vila do Conde - «José Régio» - 895C

1. O Presidente da Comissão Executiva Instaladora da Escola Secundária de Vila do Conde - «José Régio» - 895 C, tendo dúvidas sobre a possibilidade de satisfazer integralmente um requerimento de acesso a determinados documentos administrativos que lhe foi dirigido por Álvaro da Ponte Dias, professor do quadro de nomeação definitiva da mesma Escola, vem requerer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos que o esclareça concretamente sobre quais os documentos que deverá fornecer ao requerente.

Naquele requerimento são pedidas cópias dos seguintes documentos:

- a) Horário da turma 12º C3 do ano lectivo de 1996/97 até 04.02.97;
- b) Horário de todos os professores do 6º grupo do ano lectivo de 1996/97 até 04.02.97;
- c) Horário de todos os professores do grupo 12º C do ano lectivo de 1996/97 até 04.02.97;
- d) Fichas individuais de todos os alunos da turma 12º C3 do ano lectivo de 1996/97, donde constem as suas classificações às diversas disciplinas no 7º, 8º e 9º anos;
- e) Registo diário da turma 12º C3 do ano lectivo de 1996/97 dos dias 5, 6, 9, 10, 11, 12, 16 e 17 de Dezembro de 1996, assim como dos dias 3, 6, 7, 8, 10, 13, 15, 20, 22, 23, 24, 27 e 28 de Janeiro de 1997 e também de 3, 4, 5, 6, 7, 26 e 27 de Fevereiro de 1997 e ainda de 12 e 13 de Março de 1997;

f) Registo diário da turma 12º C3 das aulas de apoio pedagógico acrescido à disciplina de Trabalhos de Aplicação leccionadas pela professora Maria de Lourdes Maia a partir de 17 de Fevereiro de 1997;

g) Todos os documentos disciplinares existentes na Escola relativamente aos alunos referidos da turma 12º C3.

2. Se exceptuarmos os casos das alíneas *d)* e *g)* desta lista, todos os restantes se referem a documentos administrativos de carácter não nominativo (cfr. os artigos 4º, 7º e 8º da Lei de Acesso aos Documentos da Administração, na versão constante da Lei nº 94/99, de 16 de Julho).

Nesta qualidade, tais documentos são acedíveis, sem restrições, por qualquer pessoa, não podendo nem devendo a Escola levantar obstáculos à sua reprodução. Devem, por isso, ser facultadas as respectivas cópias ao professor requerente.

3. De facto, o verdadeiro problema consiste em saber se este mesmo professor pode obter cópias de «todos os documentos disciplinares existentes na Escola relativamente aos alunos referidos da turma 12º C3» [alínea *g)*], bem como das fichas individuais de todos os alunos da turma 12º C3 do ano lectivo de 1996/7, donde constem as suas classificações às diversas disciplinas no 7º, 8º e 9º anos» [alínea *d)*].

Na medida em que contêm apreciações ou juízos de valor sobre o comportamento dos alunos na Escola, os documentos disciplinares devem ser qualificados como documentos nominativos [cfr. as alíneas *b)* e *c)* do nº 1 do artigo 4º da LADA]. E o mesmo acontece com as fichas individuais se e enquanto contiverem elementos relativos às medidas disciplinares aplicadas aos respectivos alunos, já que, nos termos da LADA, as classificações não podem ser consideradas como dados pessoais. Isto significa que, à partida, o acesso a documentos nominativos (no caso dos documentos disciplinares) ou a dados pessoais constantes de documentos administrativos (no caso das fichas individuais) se encontra reservado às pessoas a quem esses dados digam respeito. Neste caso, não havendo autorização escrita do titular dos dados, o acesso pretendido por terceiros só poderia ser facultado mediante demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cfr. o nº 2 do artigo 8º da LADA).

Nem sempre, porém, o professor em causa deverá ser considerado como um terceiro relativamente a estes dados pessoais dos alunos. Se em algum destes casos tiver havido contributo do requerente na aplicação da medida, deverá a Escola considerar que tais dados dizem igualmente respeito ao requerente e, nessa exacta medida, facultar-lhe a respectiva reprodução. Porém, fora destas situações específicas, o professor requerente deve ser considerado como um terceiro que pretende aceder a dados pessoais de outrem. Cumpre, portanto, verificar se detém um interesse directo, pessoal e legítimo relativamente a este conjunto de dados.

4. Quais os elementos que permitem verificar a titularidade do interesse em causa? Do requerimento apresentado pelo docente extrai-se apenas, em termos demasiado gerais, que «o requerente com este pedido, pretende ao abrigo do artigo 82º do Decreto-lei nº 267/85 de 16/7, fazer uso de meios administrativos e contenciosos». Por contacto telefónico posterior foi possível apurar junto do Presidente da Comissão Executiva Instaladora da Escola que o referido professor pretenderia eventualmente utilizar aquelas informações numa acção de difamação a interpor contra alguns alunos. Tendo em conta, por outro lado, que não é muito nítida, face aos elementos disponíveis, a relação de instrumentalidade entre a obtenção daquelas informações e o tipo de meio judicial a utilizar, esta Comissão inclina-se para considerar insuficiente a demonstração do interesse do requerente em aceder a dados pessoais de terceiros. O que não impede que o requerente possa, se assim o entender, promover junto da Escola uma demonstração mais completa do seu interesse em aceder àqueles dados.

5. Podemos agora, em síntese, apresentar as seguintes **conclusões**:

1ª O professor requerente tem o direito de obter da Escola Secundária «José Régio», de Vila do Conde, cópias dos documentos enumerados nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *e)* e *f)* da lista constante do presente parecer;

2ª O mesmo requerente tem o direito de obter a reprodução das fichas individuais de alunos mencionadas na alínea *d)* daquela lista, na parte que não contenha referências à aplicação de medidas disciplinares (ou a quaisquer outros dados pessoais);

3ª O requerente poderá obter cópia dos documentos disciplinares especificados na alínea g) daquela lista, bem como das fichas individuais de alunos que incluam informações disciplinares, se em algum destes casos tiver existido contributo seu na aplicação da medida;

4ª Fora das situações anteriores, o requerente só poderia aceder aos referidos dados pessoais de alunos mediante demonstração de interesse directo, pessoal e legítimo, demonstração que, neste caso, se revela insuficiente.

Lisboa, 8 de Outubro de 1999 .

Vasco Almeida (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)